



## Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista<sup>1</sup>

Cinzia Arruzza<sup>2</sup>

Tithi Bhattacharya<sup>3</sup>

**Tradução:** Camila Carduz Rocha<sup>4</sup> e Clara Saraiva<sup>5</sup>

**Resumo:** Este texto retoma os elementos fundamentais da Teoria da Reprodução Social, enquanto aposta em um feminismo marxista contemporâneo. Ele começa pela definição do que é a reprodução social no capitalismo e segue para os debates sobre as relações entre produção e reprodução, o papel que a família desempenha, como pensar a sexualidade e os direitos reprodutivos e como os processos de espoliação neoliberal<sup>6</sup> podem ser lidos com base na reprodução social. Esses tópicos são desenvolvidos em diálogo com outras tradições da

1 Título original “Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista”, publicado na revista “ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda”, ano VIII, nº 16, março de 2020-agosto de 2020. Pode ser encontrado em <https://doi.org/10.46688/ahmoi.n16.251>. Agradecemos ao Comitê Editorial da revista por autorizar esta publicação em português brasileiro.

2 New School of Social Research – Nova York – Estados Unidos – ruzzac@newschool.edu

3 Purdue University – Indiana – Estados Unidos – tbhattach@purdue.edu

4 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo – Brasil – camilacarduz@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3771-8206>

5 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – Brasil – clarasaraiva@me.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3764-1763>

6 No original, aparece como “desposesión neoliberal”. Em traduções para o português, o termo aparece tanto como despossessão, expropriação ou espoliação. Considerando que há um extenso debate conceitual sobre o assunto, optamos por utilizar “espoliação neoliberal” acompanhando a tradução de *O Novo Imperialismo* (2003), de David Harvey, pela editora Loyola, citado entre as referências bibliográficas do texto [Nota da tradução].

teoria feminista, como o materialismo francês, a interseccionalidade, a aposta pelos “Comuns” e o autonomismo.

**Palavras-chave:** Feminismo; Marxismo; reprodução social; classe trabalhadora.

### **Social Reproduction Theory. Foundations of a Marxist Feminism**

**Abstract:** *This text covers the fundamental elements of the Theory of Social Reproduction as it bets on a contemporary Marxist feminism. It begins with the definition of what is social reproduction under capitalism, and then goes into the debates about the relations between production and reproduction; what is the role of the family; how sexuality and reproductive rights can be thought from this point of view; and how can neoliberal dispossession processes be read in terms of social reproduction. These topics are developed in dialogue with other traditions of Feminist theory such as French materialism, intersectionality, the commitment to “the commons” and autonomism.*

**Keywords:** *Feminism; Marxism; social reproduction; working class.*

### **Teoría de la reproducción social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista**

**Resumen:** Este texto recorre los elementos fundamentales de la Teoría de la Reproducción Social en tanto apuesta por un feminismo marxista contemporáneo. Comienza por la definición de qué es la reproducción social bajo el capitalismo y se adentra luego en los debates sobre las relaciones entre producción y reproducción, cuál es el rol que juega la familia, cómo pensar la sexualidad y los derechos reproductivos y cómo pueden ser leídos los procesos de desposesión neoliberal en clave de la reproducción social. Estos tópicos están desarrollados en diálogo con otras tradiciones de la teoría feminista como el materialismo francés, la interseccionalidad, la apuesta por “los comunes” y el autonomismo.

**Palabras clave:** Feminismo; marxismo; reproducción social; clase obrera

## O que é reprodução social?<sup>7</sup>

**Cinzia Arruzza.** Existem pelo menos três esferas nas quais ocorre a reprodução social. É evidente que a família continua a ser a principal, mas há uma série de trabalhos reprodutivos que foram socializados, de fato, pelo Estado e que são realizados por meio de instituições públicas (escolas, hospitais etc.). A neoliberalização da reprodução social implica em cortes nesses serviços públicos, produzindo um aumento da carga de reprodução social nas famílias. Essa é a novidade: no neoliberalismo, a ideia de reprodução social aparece como um campo que também pode ser fonte de lucro. Isso é particularmente verdadeiro em países desenvolvidos e áreas urbanas, onde boa parte do trabalho de reprodução social pode, de fato, ser transformado em produtor de lucro.

Mas... o que significa reproduzir a força de trabalho? Em primeiro lugar, significa regenerar o trabalhador ou a trabalhadora; em segundo, significa manter e regenerar a família da trabalhadora (ou as trabalhadoras em um sentido mais amplo)<sup>8</sup>. Esse é um ponto central que Lise Vogel aponta em seu livro<sup>9</sup>: quando falamos sobre reprodução social, devemos levar em conta que não estamos falando apenas do trabalhador ou da trabalhadora que tenta vender sua força de trabalho diretamente no mercado, mas da classe trabalhadora como um todo, incluindo as pessoas que não estão empregadas – as crianças, as pessoas idosas e as enfermas, ou seja, todas aquelas que não podem trabalhar. Em terceiro lugar, significa produzir as novas trabalhadoras, ou seja, a reprodução biológica. Nesse ponto, Vogel também estabelece uma distinção muito importante em seu livro. Quando fala de reprodução geracional da força de trabalho, ela diferencia a reprodução biológica como produção de novas trabalhadoras, da reprodução

---

7 O texto se baseia na transcrição feita por Paula Varela e Lucas Poy do áudio gravado por Antonio Oliva, que participou do NIEP-Marx 2019. A tradução e a edição foram realizadas por Paula Varela. Agradecemos às autoras pela autorização para sua publicação. Todas as notas de rodapé são de nossa edição. O texto original, em espanhol, baseia-se na transcrição feita por Paula Varela e Lucas Poy, do áudio gravado por Antonio Oliva, que participou do NIEP-Marx 2019. A tradução para o espanhol e a edição foram realizadas por Paula Varela. Esta tradução para o português brasileiro é de Clara Saraiva, com revisão de Camila Carduz Rocha. Há notas de rodapé que são da edição original e outras da presente tradução, as quais aparecerão indicadas como notas da tradução.

8 Como, na língua inglesa, substantivos (como trabalhador/a ou trabalhadores/as) não têm gênero (*worker* ou *workers*), decidimos adotar o feminino como regra geral. Portanto, onde aparece “trabalhadora” ou “trabalhadoras”, não significa que as autoras se referiram particularmente a trabalhadoras mulheres, mas a trabalhadores mulheres, homens ou de qualquer gênero, sem distinção.

9 *Marxismo e a Opressão às Mulheres: rumo a uma teoria unitária* (Vogel, 2022), publicado originalmente em 1983 e republicado em 2013 com um prefácio de Susan Ferguson e David McNally.

10 Traduzido para o português pelo Grupo de Estudos de Teoria da Reprodução Social e publicado no Brasil pela editora Expressão Popular [Nota da Tradução].

diária da força de trabalho, como manutenção da força de trabalho. Em outras palavras, a reprodução geracional da força de trabalho implica, em primeiro lugar, que as trabalhadoras têm que existir, isto é, elas têm que ser produzidas biologicamente; mas, em segundo lugar, que elas têm que se reproduzir diariamente: elas precisam repor suas forças não apenas fisicamente, mas também mental e psicologicamente. Isso implica na socialização das futuras trabalhadoras, independentemente de elas terem chance de entrar no mercado de trabalho e conseguir um emprego. Nesse ponto da reprodução geracional da força de trabalho, gostaria de destacar três elementos. Em primeiro lugar, que falar de reprodução social implica falar de reprodução material e física da força de trabalho porque, como é evidente, se nossos corpos não estiverem vivos e saudáveis, não haverá reprodução social. Mas a reprodução social também inclui outras atividades destinadas a dar forma e a moldar as pessoas. Simplificando: não nascemos com uma propensão natural para trabalhar 8 ou 9 horas por dia ou para prestar atenção em uma aula por 3 horas em uma sala de aula (como vocês estão fazendo aqui hoje). Isto não é natural para nós. Devemos ser disciplinadas, devemos ser formatadas para aguentar três horas sentadas em uma aula... e até mesmo curtir! Ou ficar horas sentadas em frente a um computador, ou em um posto de trabalho em uma fábrica e, mesmo que não gostemos disso, sermos capazes de fazê-lo. Portanto, a reprodução social também tem a ver com socialização, em outras palavras, a reprodução de comportamentos, predisposições, habilidades, qualificações. Em certo sentido, é a reprodução da subjetividade e mesmo a internalização das formas de disciplina.

Dito isso, gostaria de abordar duas questões. A primeira diz respeito à pergunta sobre se existe um reducionismo biológico<sup>11</sup> quando se pensa a reprodução social do ponto de vista da reprodução da força de trabalho. A reprodução biológica é um fato da vida. As pessoas se reproduzem biologicamente para viver. Talvez em um futuro distante possamos nos reproduzir de outras maneiras, mas, por enquanto, precisamos ter bebês para nos reproduzir, e o feminismo precisa ser capaz de lidar com isso. Primeiro, porque, embora não apenas as mulheres tenham bebês, são em grande parte as mulheres que têm bebês. A teoria da reprodução social não se situa no fato de ter bebês, ou na maternidade, a causa da opressão às mulheres. Isso, sim, seria um reducionismo biológico. Mas não é isso o que dizemos. A questão está nas relações sociais que organizam a reprodução biológica: como esse fato vital se transforma em fato social. Ou seja, quais são as relações sociais que organizam a gravidez, o parto, o “ter bebês”,

---

11 Aqui, Arruzza se refere a uma pergunta do público. Para aprofundar essa discussão, ver Arruzza (2018).

mas também quais são as relações sociais mais gerais que impactam no processo biológico de ter bebês. Portanto, o problema está no ponto de encontro entre o “fato biológico” e o “fato social”. Não há destino na biologia; não há predestinação na biologia. Em uma sociedade que não é orientada para a produção de lucro (como o capitalismo), a reprodução biológica, o “ter bebês”, não precisa ser uma fonte de opressão. Poderia ser organizada de uma maneira completamente diferente do que é hoje. Portanto, não acredito que a teoria da reprodução social corra um risco de viés biologicista, mas acredito que deve falar sobre reprodução biológica porque é uma parte importante do que as mulheres e os corpos gestantes fazem ao reproduzir a força de trabalho. E é imperativo falar sobre a maneira como a produção industrial em massa (Tithi se referirá a isso mais tarde) mantém, molda, inclusive essa reprodução biológica. A produção industrial de massa evidentemente desempenha um papel fundamental quando se trata de dar forma aos papéis de gênero de um determinado modo e, dessa forma, gerar a opressão de gênero.

Vamos à segunda pergunta que eu deveria ter respondido no início. Na tradição marxista, o termo “reprodução social” tem sido usado de diferentes maneiras. Na tradição althusseriana, a reprodução social se refere não apenas à reprodução da força de trabalho, mas à reprodução da sociedade capitalista como um todo. Isso inclui, evidentemente, os vários circuitos do capital, mas também inclui o que Althusser chama de “condições de produção”, a produção de condições para a produção, por exemplo, o Estado, a polícia, as forças armadas, os aparelhos ideológicos do Estado etc. Este é um significado mais amplo do termo “reprodução social”. Na teoria feminista marxista, a reprodução social se refere a algo mais específico, mais restrito: à reprodução da força de trabalho. Isso não é incompatível com a perspectiva althusseriana. O problema é que, infelizmente, se usa o mesmo termo e isso gera alguma confusão. Johanna Brenner<sup>12</sup>, por exemplo, sugere distinguir entre “reprodução societal” para se referir à reprodução do sistema capitalista como um todo, que seria adequada para o significado althusseriano, e “reprodução social” para se referir à reprodução da força de trabalho, que seria o significado do feminismo marxista. Em suma, para elucidar, quando falamos de “reprodução social”, estamos usando a categoria em um sentido estrito, como é usada pelo feminismo marxista, e que nos permite focar no papel do gênero e da opressão de gênero no capitalismo. Ou seja, focar na questão de quais são as causas da produção e reprodução da opressão de gênero no capitalismo.

---

12 Ver Brenner e Laslett (1991).

**Tithi Bhattacharya.** Uma das coisas que a Teoria da Reprodução Social (TRS) explicitamente estabelece é que o trabalho reprodutivo ainda é realizado predominantemente por mulheres ou corpos feminizados. Tal trabalho é supostamente a tarefa, o dever e mesmo parte do lado amoroso das mulheres, que “naturalmente” o realizam. Como se reproduz socialmente uma criança? Vamos pensar sobre os caminhos fora da família. Como Cinzia destacou, a TRS nos ensina que a reprodução social não ocorre apenas na família, mas também na esfera pública. Vamos pensar em alguns tipos de serviços públicos: um é o sistema de saúde, outro caso pode ser a escola, mas até a disponibilidade de água limpa ou ar limpo. Vamos considerar esses quatro elementos básicos que precisamos para que uma menina cresça de maneira saudável. E olhemos para os Estados Unidos ou a Inglaterra, ou mesmo os países escandinavos, e vejamos quem tem as piores condições de acesso a esses quatro elementos de reprodução social. Na cidade de Chicago, quando o prefeito democrata (amigo próximo de Barack Obama) começou a fechar escolas alegando que era necessário cortar alguns serviços públicos, ele o fez apenas na região sul da cidade, que é onde vivem as famílias negras e latinas, enquanto as escolas da rica região norte de Chicago prosperavam. Quando são fechadas as clínicas do *Planned Parenthood*, o principal serviço de abortos nos Estados Unidos, usado principalmente por mulheres pobres, o planejamento da maternidade das mulheres mais pobres está sob ataque. Se os censos forem revisados, observa-se que, em média, as famílias migrantes vivem em espaços 30% menores do que as famílias não migrantes. E esse percentual não vem da comparação com as famílias que estão acima da linha da pobreza, mas entre aquelas que estão abaixo da linha da pobreza. O que quero enfatizar é que a reprodução social das famílias da classe trabalhadora branca é diferente daquela das meninas das famílias da classe trabalhadora negra. Há uma expansão generalizada da força de trabalho no território nacional, mas há dois tipos de processos de reprodução social diferenciados que objetivam dois tipos distintos de trabalhadoras quando elas chegam às portas do capital para vender sua força de trabalho. Uma força de trabalho vale menos e essa trabalhadora tem menos poder do que outra, cuja reprodução social teve uma história muito diferente.

Os processos diferenciados de reprodução da força de trabalho produzem diferentes tipos de sofrimento e objetivação quando as trabalhadoras chegam à porta da fábrica. O racismo é comumente visto como operando na esfera do mercado de trabalho. A interpretação marxista tradicional do racismo concentra a análise no mercado de trabalho e explica que o racismo é utilizado e fomentado pelo capital para aprofundar a competição entre as trabalhadoras,

dividi-las e governar. Mas o mercado de trabalho não é o reino da produção, mas o reino das trocas. Em outras palavras, as teorias marxistas tradicionais sobre o racismo concentram seu olhar no campo da troca.

A TRS mostra um quadro muito mais assustador: o racismo se desdobra no nível da reprodução da força de trabalho. Escolas, serviços de saúde, água e ar envenenados (porque suas casas são construídas perto de áreas contaminadas pela poluição ou resíduos industriais): todos esses processos contribuem para a construção de diferentes níveis de força de trabalho e também para a manutenção de ideias racistas na sociedade. O que propomos é uma análise do racismo que supera o do nível da troca para o domínio da produção da força de trabalho propriamente dita. Nesse sentido, é uma visão muito mais aterrorizante do racismo, mas também é uma ideia muito mais sólida de antirracismo, porque analisa o racismo em todos os elos de sua construção: em qualquer desses elos o capital pode ser afetado. Quando defendemos uma escola pública de cortes, isso não é apenas uma luta no local de trabalho, mas também uma luta antirracista. Quando apoiamos o movimento *Black Lives Matter*<sup>13</sup> no bairro, isso não é apenas uma luta antirracista, mas também favorece os direitos trabalhistas, porque capacita as trabalhadoras negras para negociar e alcançar melhores condições de trabalho.

## A relação entre produção e reprodução

**Cinzia Arruzza.** Deixe-me começar com a questão da relação entre exploração e opressão, e sua ligação com a produção e a reprodução. Um dos problemas que temos na teoria marxista é que Marx não terminou *O Capital*. Isso produz uma tendência a focar no Volume I, que é o único que Marx publicou em vida, como se esse volume fosse a verdade completa do que é o capitalismo e como funciona. No entanto, o projeto era muito maior; originalmente, estavam planejados seis livros. Na versão editada por Engels, temos dois volumes a mais: um sobre a circulação e outro sobre a reprodução do capitalismo como um todo e a acumulação de capital. Infelizmente, esses são materiais fragmentários que foram editados por Engels. Tudo isso gera muita ambiguidade, muita confusão e também muitos mal-entendidos. Digo isso porque uma coisa é dizer que a

13 *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) é um movimento social e político que surgiu em 2013 nos Estados Unidos contra a brutalidade policial contra as pessoas negras. O fato que desencadeou o movimento foi a absolvição do policial George Zimmerman após o assassinato do adolescente afro-americano Trayvon Martin. Em 2014, o BLM [por sua sigla em inglês] ganhou notoriedade nacional e internacional por suas mobilizações e protestos após os assassinatos dos jovens afro-americanos Michael Brown, em Ferguson, Missouri, e Eric Garner, em Staten Island, Nova York.

extração do mais-valor ainda é o coração do capitalismo e outra são as consequências que podem ser extraídas disso.

Uma primeira consideração, e um dos méritos de Althusser ao apontá-la, é que, para que exista a exploração, deve haver uma série de condições garantidas. Não se pode explorar, não pode haver acumulação capitalista se as condições para a produção capitalista não estiverem reunidas. Desse ponto de vista, não faz muito sentido pensar em hierarquias (entre produção e reprodução), mas o que se deve fazer é pensar em uma totalidade contraditória, uma totalidade contraditória dinâmica. Marx fala frequentemente, no volume 2, do capitalismo como uma totalidade contraditória. Portanto, é mais produtivo pensar em termos da totalidade e das diferentes relações que constituem essa totalidade e dos tipos de vínculos que existem entre as relações que constituem a totalidade.

Deste ponto de vista, é fato que a reprodução da força de trabalho é necessária para que haja exploração. Mas isso não implica uma hierarquia: o coração do capitalismo continua sendo a extração do mais-valor, mas essa extração não pode ser realizada sem antes haver um trabalho de reprodução social que permita que as trabalhadoras trabalhem. Em segundo lugar, dissemos que a TRS é também uma teoria da subjetivação no sentido de que permite compreender a conformação, a configuração de certo tipo de subjetividade, pois a trabalhadora explorada não é uma “trabalhadora abstrata”. Essa trabalhadora abstrata é o que encontramos no volume I de *O Capital*, em que Marx introduz o conceito de valor e mais-valor. Aí não sabemos nada daquela trabalhadora: não sabemos o gênero, não sabemos a raça, que tipo de trabalho ela realiza, não sabemos coisa alguma sobre isso, porque Marx está passando para um nível de abstração que o ajuda explicar como o valor é produzido e como o mais-valor é extraído, sem outras determinações.

Mas as trabalhadoras não são seres abstratos. As trabalhadoras são seres humanos, o que significa que têm corpos concretos, têm sentimentos e pensamentos específicos determinados por processos históricos. Elas precisam ser disciplinadas para trabalhar, e essa disciplina afeta diretamente o processo produtivo. Assim, quando olhamos para o processo produtivo (por exemplo, no capítulo sobre a jornada de trabalho em *O Capital*), já encontramos uma trabalhadora menos abstrata do que encontramos em outros capítulos. Por exemplo, se lemos os capítulos sobre a maquinária, já descobrimos que o que está em jogo não é apenas um processo de extração de valor, mas também um processo de dominação, de opressão, por meio da maquinária. Gosto de usar a formulação de Daniel Bensaïd sobre o capitalismo como uma totalidade contraditória de relações de exploração, alienação e dominação (ou seja, opressão). Em



última análise, o capitalismo é essas três coisas em uma. Não há hierarquia entre elas; não é útil falar em termos de hierarquias, porque esses três elementos são co-constitutivos e trabalham juntos para que o capitalismo exista.

Por essa mesma razão, quando falamos de classe, por ser essa a preocupação subjacente nesse debate, acho totalmente inapropriado pensar em classe concentrando exclusivamente na exploração. Por quê? Porque, como eu disse, as classes são compostas por pessoas históricas concretas para as quais a exploração também é realizada de formas concretas, que incluem formas específicas de disciplina e opressão. Por exemplo, consideremos o assédio sexual no local de trabalho: como devemos pensar sobre esse fenômeno? Acredito que esse fenômeno faz parte da forma como o processo de trabalho funciona e se organiza nos locais de trabalho. Se pensarmos no exemplo das maquiladoras, em que sempre se encontra uma massa de trabalho feminizada, a violência sexual não é simplesmente um fenômeno cultural, ideológico, interpessoal. É uma forma de disciplinar a força de trabalho, uma forma pela qual a exploração é vivenciada por essas trabalhadoras no local de trabalho e mesmo fora dele. Se pensarmos no caso das trabalhadoras agrícolas migrantes na Europa, por exemplo, na Sicília ou na Espanha, que trabalham em regime de semiescravidão, descobrimos que a violência e o abuso sexual nas plantações são a experiência diária de exploração dessas trabalhadoras. Essa é a maneira de discipliná-las, de aterrorizá-las, de colocá-las em condições nas quais não tenham alternativa a não ser ficar lá. Assim, quando temos uma visão reduzida da classe sobre o que acontece na produção, como se fosse apenas sobre as condições de trabalho e a problemática salarial, estamos perdendo muito do que constitui a experiência concreta da trabalhadora como tal. Porque, como esses casos mostram, não podemos separar a opressão sexual da exploração: a opressão sexual é a forma de garantir a exploração dessas trabalhadoras.

**Tithi Bhattacharya.** Eu gostaria de acrescentar algo ao que Cinzia disse: tentar entender o sistema capitalista como um todo olhando apenas para como o mais-valor é extraído é como querer entender o ser humano olhando apenas para como seu coração bate. Um ultrassom do coração pode me dizer pouquíssimo sobre alguém: em todo caso, pode me dizer que o coração está funcionando bem (e o coração é o órgão vital do corpo), mas nada pode dizer sobre a pessoa. De maneira análoga, a produção de valor e a extração de mais-valor via exploração é a parte pulsante do sistema. Mas, limitando-nos a olhar isso, entenderemos pouco sobre o sistema como um todo. Dito isso, gostaria de voltar à questão das hierarquias entre produção e reprodução. O que devemos ter

sempre em mente é que, embora possa não haver hierarquia em termos políticos, a extração do mais-valor e o processo de acumulação têm efeitos condicionantes no sistema como um todo. O processo de trabalho, a forma como o mais-valor é extraído, a quantidade de mais-valor extraído, todos esses fatores têm efeitos condicionantes no sistema como um todo. Eles determinam a duração da jornada de trabalho, determinam quais lutas são necessárias. Por exemplo, se a taxa de lucro cai, ele determina quais serviços sociais são cortados etc. Isso não significa que o capital tenha controle direto sobre a esfera reprodutiva, mas significa que a acumulação de capital tem efeitos condicionantes sobre o sistema como um todo. Por exemplo, alguém pode dizer que, em seu tempo livre, não tem que explicar a nenhum chefe o que faz no seu jardim, como trabalha nele ou o que planta, porque é um tempo “livre do capitalismo”. Mas não é verdade, porque o capitalismo determina quando se pode fazer esse trabalho: na verdade, ele determina exatamente quais são os dias em que se pode fazer esse trabalho e a que horas se pode fazê-lo, porque depende da duração da jornada de trabalho, da estrutura familiar, os quais são parte da realidade social do capitalismo. Assim, o trabalho assalariado, o processo de trabalho e o processo de acumulação têm efeitos condicionantes sobre o sistema como um todo. Eles determinam não apenas a esfera da produção, mas também o Estado e a maneira como o Estado impõe leis e regras à população. Portanto, a melhor maneira de entender a relação entre a esfera da produção e a da reprodução é em termos desses efeitos condicionantes da produção sobre o conjunto das relações sociais do sistema capitalista, em vez de pensá-las em termos de predominância de um sobre o outro ou pensar se uma é “melhor” que a outra.

## O que o trabalho doméstico produz? Uma discussão sobre valor no capitalismo

**Cinzia Arruzza.** Ligadas a essa discussão da relação entre produção e reprodução, existem duas tendências distintas na TRS. Uma se origina do *operaísmo* italiano, das mãos de feministas *operaístas* como Mariarosa Dalla Costa, Selma James, Leopoldina Fortunati, Silvia Federici. A outra está situada no contexto anglo-americano, particularmente no Canadá<sup>14</sup>, mas também nos Estados Uni-

14 Em 1969, a canadense Margaret Benston publicou o artigo “The Political Economy of Women Liberation” na revista marxista *Monthly Review*. Nele, ela desenvolve a ideia de que o trabalho feminino (não pago) em casa é um processo de produção (não de consumo) essencial para a acumulação capitalista. No entanto, Benston explicita que esse caráter essencial não implica que esse trabalho produza valor porque não é realizado para o mercado, mas que as donas de casa produzem valores de uso que são consumidos no âmbito privado do lar. Para uma revisão das diferentes abordagens sobre o trabalho doméstico como produtor de valores de troca ou de uso, ver Ferguson (2020).

dos. Existem vários elementos em comum entre essas duas perspectivas que usam a reprodução social como uma lente fundamental. Mas também há uma distinção substancial entre as duas, que tem a ver com se o trabalho doméstico deve ser considerado como produtor de valor [de troca] ou não.

Na tradição *operaísta* (e isso também está ligado à maneira como a tradição *operaísta* italiana começou a pensar que o valor é socialmente produzido fora do local de trabalho, isso é gerado socialmente, com base em uma certa leitura de fragmentos dos *Grundrisse* de Marx), a consideração foi que o trabalho doméstico produz valor de troca. A ideia é que o capitalista e o trabalhador homem assinam um contrato que já inclui o mais-valor gerado pelas mulheres no lar, pela dona de casa. Isso implica, em certo sentido, que existe uma forma de contrato sexual. Por que as *operaístas* italianas pensam assim? Porque consideravam que, dado que a força de trabalho é uma mercadoria e que a reprodução social produz força de trabalho, a produção dessa mercadoria implica a produção de valor. Conclusão: o trabalho doméstico produz valor.

A outra tradição insiste que o trabalho doméstico não produz valor [de troca], mas, simplesmente, e crucialmente, produz as condições para a produção de valor por meio da regeneração da força de trabalho e da trabalhadora que a possui. Qual a diferença? A questão está na maneira como entendemos o valor. O valor é a expressão de uma relação social: há produção de valor quando há geração de capital no contexto do trabalho organizado em termos capitalistas. A geração de valor não tem nada a ver com a produção de coisas, de valores de uso. Posso produzir a mesma coisa que, em um caso, será uma coisa útil (um valor de uso) e também um valor de troca; e caso contrário, será apenas uma coisa útil (e não um valor de troca).

A questão reside na impossibilidade de aplicar ao trabalho doméstico a noção de trabalho socialmente necessário. Por quê? Precisamente porque o trabalho doméstico, como disse a Tithi, não está organizado nem de forma industrial nem de forma capitalista. Ele sofre o impacto do capitalismo, e até usa os produtos do trabalho industrial (como máquinas de lavar, lava-louças, aspiradores de pó). Entretanto, ele em si mesmo não está organizado em termos capitalistas. Por isso, não há como se tornar um trabalho abstrato. De fato, não existe uma organização social que nos permita falar em produção de valor [de troca] por meio do trabalho doméstico.

Do meu ponto de vista, a posição *operaísta* se baseava em duas ideias. Já expliquei a ideia racional: já que produzimos uma mercadoria (força de trabalho), estamos produzindo valor. O raciocínio subjacente era a tendência crescente no *operaísmo* italiano de pensar que, com o capitalismo avançado, o valor não era

mais produzido apenas no local de trabalho, mas em todas as relações sociais (a noção de “operário social” de Negri etc.). O segundo elemento em que se baseia a perspectiva de que o trabalho doméstico produz valor era uma preocupação. Em suma, a ideia era: “se encontrarmos uma forma de mostrar que as donas de casa são trabalhadoras produtivas, então podemos mostrar que elas fazem parte da classe trabalhadora e que deveriam ser sujeitos centrais da luta”. Sobre o primeiro ponto, acho que Negri se equivocou: não estou convencida de sua leitura dos *Grundrisse*. Acho que não faz sentido. Mas não temos tempo para discutir isso neste minicurso. Sobre o segundo ponto, compreendo perfeitamente a preocupação, mas uma preocupação não é uma base sólida o suficiente para uma teoria.

Minha resposta seria: devemos desafiar a ideia de que o sujeito da revolução são apenas os trabalhadores produtivos. Marx nunca escreveu isso. Onde isso está escrito? Marx nunca disse que apenas os trabalhadores produtivos eram a classe operária ou que apenas os trabalhadores produtivos eram os sujeitos revolucionários. Em seus escritos políticos, ele tenta encontrar uma subjetividade potencialmente revolucionária em diferentes lugares, incluindo os escravizados na Guerra Civil estadunidense, ou os camponeses russos que defendem o *mir*<sup>15</sup> etc. Portanto, é um erro categórico pensar que a distinção entre trabalhadores produtivos e não produtivos tenha um significado político. Essa distinção não deveria ser interpretada como “os que são da classe operária revolucionária e os que vêm depois”. Essa distinção é importante para a análise da acumulação capitalista e de como o capitalismo funciona.

Nos *Grundrisse*, Marx escreve explicitamente que o trabalho improdutivo, as atividades do trabalhador improdutivo, são absolutamente cruciais para a vida do capitalismo. Sem esse trabalho, o capitalismo não funciona. Infelizmente, não se menciona o trabalho doméstico. Ele provavelmente tinha em mente, por exemplo, trabalho de vendas, trabalho de serviços etc., que não produzem diretamente uma mercadoria, mas sem os quais a realização do valor é impossível, visto que as mercadorias não poderiam ser vendidas sem esse trabalho. Pessoalmente, considero importante manter a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, porque nos dá ferramentas do ponto de vista da análise da dinâmica capitalista. Se quero entender as crises, preciso saber como se produz valor, quais são os setores etc. Mas isso não é uma teoria política. Quero preservar a distinção porque é analiticamente útil, tendo sempre o cuidado para não

---

15 Comunidade rural russa na qual as terras eram coletivas e se estabelecia a distribuição familiar de lotes para o cultivo.

nos confundir e considerarmos que essa distinção é a base de uma teoria política sobre o sujeito revolucionário. Não foi assim para Marx e não deveria ser assim para nós. Esse ponto de vista nos permite não termos a preocupação (que tiveram as *operaístas* italianas) de dizer que o trabalho doméstico produz valor. Basta dizer que produz as condições de possibilidade para que o capitalismo exista e para que nós existamos: os trabalhadores e as trabalhadoras.

Por fim, e de forma um tanto esquemática, gostaria de apontar as três principais formas pelas quais o trabalho de reprodução social pode ser organizado de forma assalariada. Primeiramente, pode ser um trabalho assalariado, mas em setores improdutivos, por exemplo, trabalho em setores públicos, como professores, enfermeiras, trabalhadoras de limpeza em setores públicos etc. Além disso, pode ser um trabalho assalariado em serviços pessoais, por exemplo, empregadas domésticas ou prestadoras de cuidados em residências privadas. Esse é um trabalho que não produz valor (ou seja, não há geração de novo valor ou mais-valor), embora haja exploração. E, finalmente, pode ser um trabalho assalariado de reprodução social que produz valor, como, por exemplo, as trabalhadoras do McDonald's, garçonetes, cozinheiras, enfermeiras em clínicas privadas: todas elas estão produzindo uma boa quantidade de valor. Este sim é trabalho reprodutivo que, ao mesmo tempo, é um trabalho produtivo no sentido da produção de valor sob o capitalismo.

**Tithi Bhattacharya.** Eu gostaria de acrescentar algo. Não me parece que precisamos comprar uma briga para que o trabalho doméstico seja considerado produtivo do ponto de vista do capital. É ruim ser produtivo para o capital! Não é algo pelo qual seja bom aspirarmos. Não consigo imaginar a cena dentro da unidade familiar em que dizemos: *“Estou limpando na mesma quantidade de tempo que a Cinzia faz? Quanto da minha casa eu limpei em comparação com o que a Cinzia limpou?”* Não acho que isso seja bom para as famílias. Não vamos olhar para a produção de valores de uso exigindo que sejam reconhecidos como valores de troca. Isso é algo impossível. O que podemos exigir é que o trabalho doméstico seja retirado do âmbito privado e tornado público, da mesma forma que o serviço de saúde. Ninguém administra as vacinas em casa, mas no espaço público. Da mesma forma, não faz sentido, nos Estados Unidos, haver 10 cortadores de grama no mesmo quarteirão, um para cada família. Ou que existam cozinhas privadas. Pelo que sei, já existem cozinhas públicas para os ricos: chamam-se restaurantes. O que queremos é que cozinhar seja uma opção. Se eu convidar você para ir a minha casa, posso querer preparar uma refeição para você, mas o que não quero é cozinhar todos os dias para poder alimentar a mim

mesma e a meus seres queridos. O que eu preciso é de cozinhas públicas na minha rua, nas quais eu possa trabalhar junto com minhas vizinhas e meus vizinhos, amigas, companheiras e companheiros, e que compartilhem a tarefa de cozinhar. Isso é muito mais eficiente do que a atual organização do trabalho doméstico e de nossas vidas.

## A família, a reprodução social e o capitalismo

**Tithi Bhattacharya.** Vou começar pela pergunta sobre se o capitalismo pode sobreviver sem a família. A resposta curta é não. É uma resposta curta, mas tem uma longa explicação. Quando pensamos em como salvar o planeta, abolir os combustíveis fósseis ou acabar com as empresas de desmatamento, pensamos em que tipo de movimentos de massa são necessários para cessar essas indústrias, certo? Bem, para nos livrarmos da família, precisaremos de um movimento de massa ainda mais forte. É preciso mil vezes mais força para lutar contra a “ideologia da família”, porque é uma instituição muito estável, até certo ponto, porque o capitalismo se beneficia de uma “história anterior” da família, de tal forma que cria a impressão de que a família faz parte da história da humanidade desde a época das cavernas. É uma mitologia que o capitalismo usa com base em um fato inegável de que a família tem uma existência anterior, apesar de ter adotado formas muito diferentes das que conhecemos hoje. Isso deu ao capitalismo uma espécie de “benefício histórico-ideológico” ao dizer: “a família é eterna, só os comunistas querem aboli-la”. E, historicamente, o capitalismo encontrou na família um lugar confiável para a reprodução da força de trabalho. “Confiável” é um adjetivo importante aqui porque a “forma-família” não emergiu totalmente no início do capitalismo. Ao contrário, foi o resultado de um processo de tentativa e erro no qual o capitalismo encontrou uma unidade de reprodução confiável.

Assim, o capitalismo permite certa margem de variação para a “forma-família”, mas a família burguesa heteronormativa é sempre o horizonte de unidade familiar do capitalismo, pois é a forma mais confiável e barata de reproduzir a força de trabalho e de reproduzir seus próprios valores e ideologia sobre a família. Hoje devemos agradecer ao movimento LGBT e suas versões alternativas de família (e espero que isso continue). Porém, como é evidente, isso não elimina a homofobia e nem a transfobia. E a razão pela qual o horizonte da heteronormatividade continua existindo é porque a família heteronormativa ainda é a unidade mais confiável e barata para a reprodução no capitalismo. Colocar o foco aí, como faz a Teoria da Reprodução Social, não é de forma alguma um

reducionismo biológico, porque, no campo da teoria abstrata, não importa que sejam as mulheres as que biologicamente produzem as futuras trabalhadoras: o que importa é que as meninas sejam produzidas (e reproduzidas) de forma confiável. A questão sobre o gênero e a sexualidade aparece porque o capitalismo dá origem ao padrão heteronormativo na medida em que garante a reprodução de uma forma mais estável. Essa seria minha primeira resposta à pergunta sobre se o capitalismo pode sobreviver sem a família.

O segundo ponto que gostaria de enfatizar aqui é que todas nós vendemos nossa força de trabalho por um salário. Mas não o fazemos pelo salário em si: fazemos para viver. Portanto, o problema da vida e da manutenção da vida ocupam um lugar central. A meu ver, no capitalismo, existe o sujeito e os meios para a reprodução desse sujeito: comida, roupa, abrigo etc. Entre o sujeito e esses recursos para a reprodução, há a mediação do salário. O salário é um meio para que o sujeito obtenha esses recursos. O salário também é o que separa o sujeito desses recursos. O problema de muitas lutas políticas é que se concentram no salário como se fosse o único fim. Mas não estamos lutando apenas por salários. Nosso foco deveria ser a luta pela vida, a luta pela reprodução de nós mesmas, pelas formas como somos obrigadas a obter os meios para nos reproduzirmos. Pode-se assim afirmar que as lutas sindicais que desprezam as demandas de aumento das moradias etc., concentrando-se apenas na questão salarial, não entendem que o salário é a forma pela qual o acesso aos meios de subsistência nos foi alienado. Como marxistas, devemos entender que é a falta de meios para nos reproduzirmos que nos leva a buscar um salário. Portanto, esse tipo de separação entre o sujeito e seus meios de reprodução (que nos faz precisar de salários) deve estar sempre presente em nossas lutas políticas.

O terceiro ponto que quero destacar é que a Cinzia apontou algo muito importante sobre a construção da subjetividade e gostaria de dar um exemplo inquietante a esse respeito. Existe um livro muito bom do historiador marxista Marcus Rediker chamado *The Slave Ship* (2007). O enredo central é sobre um ser humano que é capturado na costa africana. Antes de ser capturado, ele era um ser humano livre que brincava ao sol, fazia amor ou contava histórias. Ele chega a Virgínia para trabalhar nas plantações de algodão e se transforma em escravizado: como esse ser humano se transforma magicamente em um escravizado? O navio negreiro, argumenta Marcus, é a fábrica que produz a escravidão. É no navio que uma disciplina terrivelmente coercitiva e punitiva é exercida sobre o corpo desse ser humano para matar tudo que ele possui de espírito livre e torturá-lo de tal forma a submetê-lo à lógica da escravidão. Quando chega à costa da Virgínia para trabalhar na plantação, esse ser humano já é um escravizado

e se torna mais escravizado devido a torturas semelhantes às vividas no navio. É bastante perturbador ler o livro, porque descreve as muitas torturas que são praticadas em escravizados nos navios. Mas é um bom lembrete de que nossas subjetividades são criadas sob o capitalismo. A escravidão é o exemplo mais extremo, mas temos que pensar, como disse a Cinzia, que não é natural para nós sermos trabalhadoras ou sermos mulheres ou homens ou o gênero que for, ou sermos escravizadas. Todos esses são comportamentos simplesmente não naturais, produzidos por uma espécie de tortura em nossos corpos, mentes e espíritos livres. Mas a lição que deveríamos tirar do “navio negreiro” é que, apesar do incrível nível de tortura, houve revoltas de escravizados. Os escravizados se organizaram coletivamente nesses navios e lutaram. Portanto, o que aprendemos é que não importa o nível de tortura e coerção ideológica exercido sob o capitalismo na esfera da reprodução social e da produção: as pessoas continuam se organizando coletivamente para desafiar essa ordem.

Voltando ao tema da família e se é eterna ou pode ser abolida, sabemos que, dentro da família, as mulheres geralmente realizam uma quantidade desproporcional de trabalho em relação aos homens. Nos Estados Unidos, de acordo com uma pesquisa quantitativa, os homens fazem nove horas a menos de trabalho doméstico por semana do que as mulheres, ou seja, as mulheres fazem nove horas a mais de trabalho doméstico do que os homens. Nove horas é muito tempo. E isso é nos Estados Unidos. Em muitos outros países, como o meu país, a Índia, essa distância é maior, e aqui me disseram o mesmo sobre o Brasil. Isso se deve, por exemplo, ao fato de que, em boa parte do meu país, não há água encanada. Então, as mulheres precisam caminhar quilômetros para conseguir água, aumentando as horas de trabalho doméstico.

Dissemos antes que a família é muito importante como forma confiável de reprodução da força de trabalho, e que o capitalismo chegou a essa forma por tentativa e erro. Ele teve que fazer algumas experimentações com a “forma-família” quando a produção em massa (indústria) surgiu. Eu lhes pergunto: qual seria a forma ideal para o capitalismo no surgimento da grande indústria: as mulheres trabalharem ou ficarem em casa? O que realmente vemos nos primeiros momentos da industrialização é que o capital não se importou de forma alguma com a família. E isso se deu porque o capital não percebeu o quão útil era a família. A única coisa que o preocupava era que todos trabalhassem o máximo possível: mulheres, crianças, homens, todos trabalhando nas fábricas o tempo todo.

Quando faço oficinas sobre a TRS, sempre digo que o complemento perfeito para o volume I d’ *O Capital*, para entender a Teoria da Reprodução Social, é A



*Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, porque é uma ilustração do que é a reprodução social em termos históricos. Esses dois livros se complementam muito bem. O que acontece quando todos na família trabalham o tempo todo na fábrica? Essa é a situação nos primeiros momentos do capitalismo. Todos os membros da família eram empregados para trabalhar, inclusive meninas de seis anos, 12 horas por dia. Vou ler um exemplo para você:

Por ocasião de uma necropsopia, realizada em 14 de novembro de 1843 pelo senhor Carter, coroner do Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreveram a casa da falecida nos seguintes termos: morava no número 3 de White Lion Court, Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de dezenove anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhadas sobre o corpo quase nu, porque não havia lençóis ou cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o cadáver depois que o lavaram – e encontrou-o descarnado e todo marcado por picadas de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família. (Engels, 2020 [1820-1895]: 73).

Essa era a vida normal das trabalhadoras inglesas. Então, pensem na vida de Ann Galway que, obviamente, era uma trabalhadora irlandesa. Pensem na sua vida e depois comparem com a vida do empresário que a fez trabalhar até a morte. De onde vinha seu dinheiro? Primeiro, da fábrica. Mas, em segundo lugar, vinha da produção de algodão que estava se desenvolvendo na Virgínia, na qual o empresário tinha ações. E quem trabalha nas plantações de algodão? Pessoas trazidas de suas terras na África. Em outras palavras, há dinheiro da escravidão misturado nessa questão. E terceiro: onde se vendia o algodão? Vendia-se para pessoas na Índia. O que vemos são três conexões que constroem a seiva do capital: a figura moribunda da trabalhadora irlandesa, a figura moribunda do escravizado e a figura moribunda do sujeito colonial desapropriado. Esses são os três momentos violentos que constroem o império forjado pelo capital. Lembrem-se de que, nesses três casos, a família do escravizado, a família colonial e a família dos trabalhadores camponeses foram devastadas pelo capital para que o capital experimentasse a “forma-família”. Essas são as maneiras sangrentas e violentas pelas quais o capital realizou experimentos com o funcionamento da família.

Mas, se a classe operária, como Ann Galway, acaba morrendo, isso se torna um problema muito sério para o capital, porque fica sem trabalhadores. Se todos morrerem, como o lucro poderia ser produzido? Então, quem deve intervir? O Estado capitalista. Um amigo meu, que é comediante, tem uma maneira

muito engraçada de descrever a relação que existia naquele período entre o capital industrial e o Estado capitalista. Ele diz que o capital industrial é como um bebê em um carrinho de supermercado que passa pelas prateleiras e diz: “Eu quero, eu quero” e o Estado capitalista é o pai que empurra o carrinho e diz “Não, não, não! Você não pode levar tudo isso com você, porque se você o fizer não será bom para nenhum dos dois!” É o tipo de metáfora ilustrativa da relação entre o capital industrial e o Estado capitalista.

Na realidade, para o bem saúde do sistema como um todo, o Estado capitalista precisa sair ao socorro da família porque o capital industrial está empurrando toda a classe trabalhadora para o processo produtivo e destruindo a reprodução da força de trabalho. Portanto, o Estado capitalista cria legislação para salvar as famílias operárias. As primeiras leis serviram para limitar o trabalho infantil, de forma que mulheres e crianças não pudessem mais trabalhar nas fábricas. Em 1847, foi aprovada a jornada de 10 horas. Em 1842, foi aprovada a legislação sobre o trabalho nas minas e as mulheres não podiam mais entrar para trabalhar nas minas, porque são “criaturas tão frágeis” que não devem mais entrar para trabalhar lá. Entre 1833 e 1874, foram criadas muitas leis industriais para reduzir a jornada de trabalho, etc. E, na minha opinião, o capítulo mais bonito do volume I d’*O Capital* é aquele que Marx dedica à jornada de trabalho, capítulo que deveria ser lido em uníssono com o livro de Engels.

Todas essas medidas legislativas vieram acompanhadas de novas noções de domesticidade: se você tira as mulheres do mercado de trabalho para construir esse algo novo chamado de “família”, é necessário também construir certas ideias de domesticidade que mostrem como algo “antinatural” que as mulheres façam parte da força de trabalho. Por exemplo, com a Lei de Minas de 1842, foi estabelecido que as mulheres não deveriam usar calças (obviamente, as mulheres usavam calças o tempo todo trabalhando nas minas). Mas, desde esse momento, as mulheres tiveram que usar “roupas de mulheres”. As ideias de família, domesticidade, papel das esposas, tudo isso surgiu nessa época para reafirmar a família da classe trabalhadora, para salvar a família da classe trabalhadora e para criar novos e muito estáveis papéis de gênero com o objetivo de situar essa família na posição de reprodução da força de trabalho. O gênero desempenha um papel constitutivo no processo de produção como um pressuposto desse processo de produção.

Gostaria de me referir brevemente à pergunta da família escravizada e sua importância para a TRS. Existem dois livros que são evidentemente cruciais na formação do meu pensamento a respeito. O primeiro é de Angela Davis e o outro de Dorothy Roberts, cujo título é *Killing the Black Body [Matando o Corpo*

*Negro, tradução livre*]. O segundo capítulo desse livro, “On the Slave Family” [*Sobre a Família Escravizada, tradução livre*], trata das formas como a família escravizada foi estruturada, torturada e degradada nas plantações escravistas<sup>16</sup>. Qual a importância da família escravizada para a TRS, do meu ponto de vista? Como já dissemos, Marx está equivocado quando afirma que o capital deixa a reprodução da força de trabalho nas mãos do trabalhador, porque o fato é que os trabalhadores não se reproduzem da maneira que querem, mas reproduzem a família de acordo com determinadas relações sociais nas quais a família está inserida. Por exemplo, se eu quisesse reproduzir minha força de trabalho aqui no Brasil e, para isso, quisesse abolir a monogamia, não poderia, porque não posso decidir as condições de minha própria reprodução. Pensar que posso decidi-las é um olhar voluntarista, porque a família não é livre para adotar seus próprios mecanismos de reprodução.

No entanto, há relativa autonomia em comparação ao local de trabalho. Como já dissemos, o ritmo do capital não é tão direto na esfera da reprodução social quanto na esfera da produção de mercadorias. Não há um chefe para dizer exatamente o que fazer com a família no dia a dia. Isso não significa que o espaço da família seja autônomo, mas é mais autônomo do que o local de trabalho. Isso é assim, exceto no caso da família escravizada. Por isso, é importante pensar na família escravizada sob a perspectiva da TRS. A família escravizada é um exemplo da intervenção direta do capital na esfera da reprodução e tenta modelá-la diretamente. A razão disso é muito simples, oportuna e funcional. Primeiro, porque o capital podia se dar ao luxo de deixar que escravizados morressem, pois poderiam conseguir novos escravizados. Mas, então, o tráfico de escravizados entrou em declínio quando a escravidão foi abolida e os capitalistas não podiam mais ir a Gana para buscar novos escravizados quando eles morriam. Então, tinham que produzi-los eles mesmos, da mesma forma que produziam algodão. Como vocês provavelmente se lembrarão, na descrição de Angela Davis e no livro de Dorothy Roberts, isso implicou em várias maneiras desumanas pelas quais o escravizado era colocado em um grupo com uma escravizada e forçados a procriar. As escravizadas eram estupradas para que conseguissem a reprodução de escravizados. O controle direto da reprodução na família escravizada é uma forma de reprodução social única no capitalismo, em que o capital intervém diretamente e regula a reprodução de forma violenta.

Por fim, gostaria de me referir à migração, porque a migração é outra forma pela qual o capital regula a reprodução da força de trabalho. Por exemplo, isso é

---

16 Ver Roberts (1997).

observado de maneira evidente no caso dos Estados Unidos e da imigração mexicana. Os EUA não têm que pagar pela educação e muito menos pela saúde dos trabalhadores mexicanos e, ainda assim, têm sua força de trabalho à disposição para produzir. A reprodução social desses trabalhadores é gratuita e seus salários são extremamente baixos. É vital para o capital que o montante de dinheiro investido na reprodução da força de trabalho seja sempre o mínimo possível: ele sempre precisa cortar custos e sempre cortará custos de todas as formas possíveis na esfera da reprodução social. Então, inesperadamente, eles tiram o seu sistema de saúde, as suas escolas, a sua água. Esses foram os cortes no período neoliberal e, como disse a Cinzia, foi a maneira como o capital atacou os meios pelos quais a reprodução social foi socializada sob o capitalismo. É por isso que as lutas contra o neoliberalismo se concentram nessas esferas. As primeiras lutas foram para proteger a água, a saúde pública, a educação pública, porque, em 40 anos de neoliberalismo, essas esferas foram atacadas.

### Ataques aos direitos reprodutivos e a crise capitalista

**Tithi Bhattacharya.** Eu gostaria de me referir aos ataques aos direitos reprodutivos. Por que esses ataques existem mundialmente? Acredito que a TRS pode apontar certas condições de possibilidade para explicar esses ataques. Uma dessas condições é que, em períodos de crise capitalista, ou seja, em tempos de crise de acumulação e de lucro, o capital tentará moldar e mudar tanto a esfera da produção quanto a da reprodução. Portanto, nesses períodos, devemos esperar novas formas ideológicas, novos ataques, novas invenções do capital. Estamos falando de tendências e condições de possibilidade, o que não significa que possamos dizer exatamente como isso se manifestará nos Estados Unidos, na Itália, na Índia ou em El Salvador. Mas o que podemos dizer é que, em períodos de crise, o capital tentará reformar a esfera do trabalho e a esfera doméstica para recuperar seu lucro.

Uma das formas desse tipo de reforma é o projeto neoliberal: “queremos todas as famílias de todas as cores, desde que sejam famílias”. Esse projeto tem uma forte ideologia familiar, todos são casados, têm suas alianças, suas férias em família etc. Toda a parafernália da família heteronormativa é imposta à família *queer*. Contanto que as práticas, ritos e todas as bobagens da família heteronormativa sejam seguidas, a família *queer* será aceita. Outra variante da reforma é retornar ao que os historiadores marxistas chamaram de “invenção da tradição”. Não há nada chamado “tradição”. Essa ideia é completamente falsa. A tradição é reinventada para se adequar ao momento presente. Por exemplo, na

Índia de hoje, todos estão sendo forçados a se encaixar no modelo de “família hindu”, quando essa tradição “família hindu” não existiu antes da colonização. É uma invenção do colonialismo. O que é uma família hindu tradicional? O que essa ideologia diz é: “deve-se conformar uma família hindu tradicional, e especialmente os muçulmanos que, como todos sabem, têm muitos filhos, são pedófilos, batem em suas esposas e se casam com muitas mulheres... Todos sabem disso sobre os muçulmanos... Então, em oposição a isso, os muçulmanos devem se converter ao modelo tradicional de família hindu, que é fantástico”. Nos Estados Unidos, observamos um crescimento do discurso do “*American way of life*” [Estilo de vida americano], com o “*make America great again*” [Torne a América Grande Novamente], certo? Bem, o que ninguém diz é que, nesse “estilo de vida americano”, a “*apple pie*” [torta de maçã] é tão estadunidense quanto os navios negreiros. Navios escravos e torta de maçã são uma marca estadunidense como tantas outras coisas. Supõe-se que o «*American way of life*» é aquele em que a mulher cuida da casa, mas os salários de ambos (o do homem e o da mulher) são tão baixos, que, na verdade, as mulheres não podem ficar em casa e cuidar dos afazeres domésticos porque ambos precisam sair para trabalhar por um salário-mínimo.

Há outra questão em relação aos ataques aos direitos reprodutivos. Acho que, nos Estados Unidos, muitas vezes se pensa que a Igreja Católica é a primeira a atacar os direitos reprodutivos, mas não é. A Igreja Católica no Século XIX foi, de facto, pró-aborto, porque a crença se baseava nesse conceito muito especial dos católicos, que é a “aceleração” (“*quickenning*”), ou seja, a ideia de que, durante certo número de semanas, o embrião se desenvolve no útero e, em um determinado momento, ocorre essa aceleração. Esse é o momento em que o embrião recebe uma alma<sup>17</sup>. Essa era uma ideia bastante comum na ideologia cristã, e é por esse motivo que a Igreja dizia que, antes desse momento, era possível fazer o que se quisesse com o embrião, simplesmente porque ainda não se tratava de um ser humano. Somente após a “aceleração” é que se transformava em ser humano. Então, antes disso, a Igreja não tinha nada a dizer sobre o aborto. Nos Estados Unidos, há um elemento nitidamente malthusiano no ataque aos direitos reprodutivos: a ideia de que a taxa de crescimento da população está caindo, razão pela qual devemos garantir que as mulheres tenham cada vez mais bebês. Aliás, não esqueçamos que Stalin, quando achou que a taxa de natalidade da

17 “Até o momento que o feto não acelerasse, ou seja, até que a mãe sentisse o movimento, ele não adquiria alma, e o fim da gravidez só era considerado um aborto depois desse momento” (Wiesner-Hanks, 2001, tradução livre).

União Soviética tinha que competir com as médias mundiais, passou a oferecer medalhas às mulheres que tivessem mais filhos. A sociedade que foi a primeira a estabelecer o direito ao aborto como parte das reformas da Revolução Russa, sob Stalin, distribuiu medalhas para premiar a maternidade.

Voltando ao início, acho que a TRS pode prever tendências, porque tem uma perspectiva da totalidade do capitalismo e isso nos permite conectar essas tendências aos momentos de crise capitalista. Mas as formas de expressão dessa crise vão variar de acordo com os países. Por isso, é necessário fazermos pesquisas históricas sérias que ilustrem como o processo opera em cada esfera particular. Uma última observação sobre a TRS, aborto e direitos reprodutivos: o direito de ter bebês é tão importante quanto o direito ao aborto, porque, em vários estados da África, as mulheres negras foram esterilizadas à força e sem saber. A questão da esterilização forçada deve ser de particular importância para nós, como feministas marxistas e marxistas revolucionárias. Temos o direito de produzir bebês, bem como o direito de nos recusar a produzir bebês. Ambos os direitos são igualmente importantes.

A TRS é particularmente útil, eu acho, no debate com o feminismo liberal, que considera o direito ao aborto simplesmente como um problema do útero. Certamente, o aborto é um problema do útero das mulheres e dos corpos gestantes, razão pela qual a decisão de abortar é patrimônio desses corpos. Nesse sentido, é um problema de “escolha”: é minha escolha individual se quero ter um bebê ou não. O que a TRS apresenta é a questão de quais condições são necessárias para que uma mulher faça essa escolha. Para decidir ter um bebê, quero ter um emprego estável e que minha parceria tenha um emprego estável, se é que existe uma parceria. Quero ter certeza de que, assim que nasça, minha filha terá acesso à educação pública gratuita, ou aos serviços de saúde quando deles precisar, e até mesmo que eu tenha um parto seguro. Para ter um bebê, também exijo morar em um bairro seguro em que meu filho (se for menino) ou o pai do meu filho (se for menino) não seja assassinado pela polícia. Eu exijo esses direitos. Todas essas questões estão intimamente relacionadas a ter uma bebê: trabalho, status de imigração, a vizinhança, política de encarceramento policial etc. Tudo isso está ligado ao momento em que uma mulher decide ter ou não um filho. Reduzir a questão do aborto apenas ao momento da decisão é deturpar e mal interpretar a complexidade do processo social que essa decisão implica. Como feministas da reprodução social, é nosso dever olhar para o quadro completo da tomada de decisão, em vez de olhar para a decisão em si.

**Cinzia Arruzza.** A TRS certamente pode nos ajudar, no nível teórico, a pensar sobre o que significa justiça reprodutiva. Em outras palavras, a TRS é nossa resposta aos dois projetos neoliberais mencionados pela Tithi. Porque, por um lado, o problema do aborto foi apresentado pelas liberais progressistas como um problema de escolha: as *pró-escolha* [*pro-choice*] vs. as *pró-vida* [*pro-life*]. Mas *pró-escolha* nada diz sobre as condições sociais que tornam a escolha possível. Quem apoia a posição *pró-escolha* nos Estados Unidos, mas não apoia o sistema de saúde universal, é *pró-escolha* apenas nas palavras, porque a verdade é que esse tipo de posição está negando a possibilidade de escolher para a grande massa de mulheres para as quais a saúde privada é impossível de pagar. Nessa perspectiva, a TRS pode nos ajudar a entender o que é necessário para que haja justiça reprodutiva, tanto para as mulheres que não desejam ter filhos ou não os desejam em um determinado momento quanto para aquelas que desejam ter, que precisam de meios para a reprodução, como acesso a um sistema de saúde adequado e a um parto seguro. Porque, se não houver um sistema de saúde público ou se esse sistema for de má qualidade, também não é possível levar uma gravidez adiante, ou isso significa colocar a vida em risco. Muitas mulheres morrem no parto ou durante a gravidez etc. Do meu ponto de vista, a TRS pode ser útil para elaborar uma perspectiva do que é necessário para que haja uma justiça reprodutiva que não seja racializada e que realmente inclua mulheres pobres da classe trabalhadora.

## Sexualidade do ponto de vista da reprodução social

**Cinzia Arruzza.** Por um lado, o capitalismo criou as bases para a emergência da sexualidade como uma esfera específica (esse é um argumento de Foucault que conectou a emergência da sexualidade como um campo específico com a emergência do capitalismo). Assim, é o capitalismo que possibilita que a sexualidade emerja como campo social e, portanto, que as identidades sexuais se cristalizem segundo as orientações sexuais. Não era o caso antes do capitalismo: é possível falar de práticas sexuais homoeróticas, mas essas práticas não eram a base da definição de uma identidade pessoal. Na Atenas antiga, todos os homens aristocráticos tinham relacionamentos homoeróticos com jovens, mas isso não definia seu gênero ou sua identidade pessoal. A definição e cristalização das identidades sexuais com base nas orientações sexuais é um fenômeno recente e contemporâneo que corresponde ao surgimento do capitalismo industrial.

O argumento de Alan Sears<sup>18</sup> é que, no capitalismo, encontramos, pela primeira vez na história, as condições de emergência de múltiplas identidades sexuais e podemos dizer o mesmo das identidades de gênero. E isso, é evidente, pode criar a ilusão de liberdade sexual, liberdade de expressão ou mesmo autocracia de nossas identidades de gênero, que é basicamente o argumento dos apologistas do capitalismo como um sistema que leva à autonomia e à libertação individual. Essa ilusão vai na direção contrária à consideração original da teoria marxista sobre a relação entre capitalismo e sexualidade. Isso porque, originalmente, se tomarmos o que é proposto não apenas pelos socialistas, mas também por pessoas como Wilhem Reich ou mesmo Marcuse, o entendimento geral da relação entre capitalismo e sexualidade estava sob o paradigma da repressão. Ou seja, a ideia de que o capitalismo tem a necessidade de reprimir nossa sexualidade porque, do contrário, não nos tornaríamos sujeitos econômicos. Em termos esquemáticos, é o que Foucault chamou de paradigma da repressão.

Com o neoliberalismo, vimos que não é exatamente isso o que acontece, mas que o modelo de regulação da sexualidade não é o único modelo compatível com o capitalismo. O que temos visto desde os anos 1960, e especialmente com o neoliberalismo, é, em primeiro lugar, uma crescente visibilidade do sexo, o uso massivo do sexo e a sexualização nas publicidades e no discurso público. Também houve a multiplicação de identidades sexuais e, mais recentemente, a fluidez de gênero (*gender fluidity*) e a multiplicação das identidades de gênero. Portanto, o modelo repressivo não foi o único modelo compatível para a relação entre sexualidade e capitalismo. De fato, o capitalismo mostrou ser mais flexível: pode se adaptar e pode até cooptar, pode transformar identidades de gênero em novas possibilidades de lucro. Por exemplo, agora temos a multiplicação de marcas de roupas cujo alvo são as pessoas *queer*, ou bares para *queers* etc.

O que Alan Sears afirma é que tudo isso pode nos dar a ilusão de termos conquistado alguma liberdade ou de que o capitalismo pode levar à libertação sexual, e que a homofobia é um remanescente ideológico de um passado patriarcal. Mas não é assim. Para entendê-lo, vamos usar o mesmo tipo de esquema que Marx usou para entender a dupla liberdade do trabalhador. Por um lado, é absolutamente verdade que, sob o capitalismo, e devido à acumulação primitiva, os laços feudais se dissolveram e as pessoas não estavam mais presas à terra, à família patriarcal. Elas podiam se movimentar, viajar. Isso levou à revolução dos direitos individuais e é, de certo modo, uma forma de progresso. Mas Marx diz que é um fenômeno do tipo Janus, no sentido de que o outro lado dessa

---

18 Ver Sears (2017).



liberdade e da emergência do indivíduo livre que é dono de seu corpo (portanto, o corpo é meu e não mais do senhor feudal ou da igreja, e posso dispor do meu corpo, posso viajar, mudar de empregador etc.), é a liberdade entendida como miséria. Em outras palavras, trata-se da ausência de meios de subsistência, de produção e de reprodução e, portanto, a dependência absoluta, porque preciso vender minha força de trabalho para continuar viva.

A abordagem de Alan Sears aplica essa lógica também para compreender como a sexualidade funciona no capitalismo. Por um lado, temos, principalmente nas grandes metrópoles e áreas urbanas, a possibilidade, a visibilidade, a multiplicação das identidades de gênero, que são, fundamentalmente, conquistas de duras lutas, não uma dádiva do capitalismo. No entanto, na medida em que a reprodução social (isso é, a forma como as pessoas podem reproduzir a si mesmas) ainda está subordinada à produção de lucro e às pressões e condicionantes do capitalismo, aparece a outra face da liberdade, que é, basicamente, a compulsão. Por exemplo, há um fenômeno antigo que Peter Drucker chama de “normalidade gay”<sup>19</sup>. Nos Estados Unidos, tem ocorrido um processo de normalização das pessoas gays, de reprodução de formas familiares que estão, justamente, dentro do mesmo paradigma das famílias heteronormativas: o lar, a família com dois pais, filhos, ou seja, o tipo de estilo de vida aceito. A única diferença é que os dois pais são do mesmo sexo. Isso se deve às pressões objetivas da acumulação capitalista sobre a reprodução desse tipo de unidade familiar como uma unidade que internaliza a necessidade de realizar o trabalho de reprodução social. Esse fenômeno foi chamado de “o surgimento da normalidade gay”. Entretanto, aqueles que não podem fazer o mesmo, porque são pobres, são marginalizados. Observamos a crescente marginalização, por exemplo, de pessoas *queer* pobres que não conseguem reproduzir esse tipo de vida familiar padronizada. É isso que Alan Sears tem em mente: para entender a sexualidade sob o capitalismo, não podemos olhar apenas para a esfera da mudança pessoal e do reconhecimento dos direitos legais. Também temos que entender a sexualidade sob a esfera da reprodução social e como essa esfera está sujeita às pressões do capitalismo.

## Espoliação neoliberal e reprodução social

**Cinzia Arruzza.** Há um conjunto de teorias recentes que argumentam a existência de um processo contínuo e permanente de acumulação primitiva, ou seja, que vivemos um processo de espoliação, separação das pessoas dos meios

---

19 Ver Drucker (2015).

de produção, da terra e, portanto, um deslocamento massivo de pessoas para as cidades, para as megalópoles. A esse respeito, concordo que existem vários elementos em comum entre o que se passa hoje e o processo de acumulação primitiva. Mas também existe uma diferença substancial, que consiste na criação de uma superpopulação de trabalhadores sobranes nacionalmente. O fenômeno da espoliação, por exemplo, o extrativismo na Amazônia hoje, não está necessariamente gerando novos proletários no sentido de novos trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho no mercado. Ele está criando uma enorme massa do que, nos termos d’*O Capital*, é chamado de superpopulação excedente, ou seja, uma enorme massa da população que não tem chance de se tornar um trabalhador assalariado, de ser absorvido pelo mercado de trabalho capitalista formal.

Essa massa de superpopulação pode ser exterminada diretamente (esses são os projetos de extermínio) ou pode, basicamente, aumentar o número de moradores das favelas nas megalópoles, cuja única forma de sobreviver é, basicamente, por meio da economia informal. E acho que essa é uma diferença significativa em relação ao passado. Assim, acredito que chegamos a um ponto que supera o que Marx chamou de exército industrial de reserva em nível nacional. Isso porque o exército industrial de reserva é uma massa de desempregados que o capitalismo precisa para reduzir os salários e que, em termos gerais, serve como um mecanismo de controle da classe trabalhadora. O exército industrial de reserva implica a ideia de pessoas que estão na reserva para entrar no mercado de trabalho e se tornarem trabalhadores assalariados. Mas o que estamos falando agora é de uma população excedente que não é um exército industrial de reserva, mas uma massa de pessoas que nunca entrará no mercado de trabalho. Desse ponto de vista, há um trabalho que a Teoria da Reprodução Social, juntamente com outras, precisa fazer para explicar esse fenômeno de espoliação e criação de população trabalhadora excedente, e como funciona a reprodução social nessas populações excedentes etc. Em suma, acho que há muito trabalho a ser feito sobre esse assunto e talvez as lentes da Teoria da Reprodução Social sejam úteis para isso.

**Tithi Bhattacharya.** Gostaria de me referir a essa ideia de que existem “pessoas desnecessárias”. Há um ponto incontestável de verdade nessa percepção de que existem pessoas desnecessárias. No Sul global, aplica-se a indigentes; na Índia ou na África, aplica-se às pessoas dos povos da floresta (“*forest people*”) ou povos tribais (“*tribal people*”); nos Estados Unidos, aplica-se às pessoas negras em geral. Existe um sentimento nas comunidades negras de que somos todos descartáveis. Daí surgiu uma teoria na esquerda, que eu não concordo, mas

entendo de onde ela vem, que é o “afro pessimismo”. A teoria está incorreta do meu ponto de vista, mas é compreensível que tenha surgido em certas comunidades negras para explicar o que as pessoas percebem como genocídio negro. No Brasil, isso pode ser pensado da mesma forma.

Tenho duas observações sobre essa questão. A primeira é que o que estamos tentando fazer com as lentes da Teoria da Reprodução Social é olhar para o processo dinâmico da relação entre a produção de pessoas e a produção de mercadorias. Não é um processo estático. Existem exemplos históricos de populações inteiras que foram exterminadas. Quando a Europa conquistou o “novo mundo”, populações inteiras foram exterminadas pela conquista e pelas doenças trazidas da Europa. Então, em certo sentido, é possível chamar essas populações de “pessoas desnecessárias” para os primórdios do capitalismo. Mas seria um erro considerar que esse processo histórico pode ser aplicado a esse momento de forma estática e considerar que o capitalismo está determinado a exterminar a chamada “população desnecessária”. Em vez disso, o que devemos considerar é que estamos diante de um processo dinâmico no qual o esforço (do capital) é sempre em função da acumulação, de modo que qualquer coisa ou qualquer pessoa que se interponha no caminho dessa acumulação será exterminada. Mas que, em um certo momento, o capital sempre precisará da força de trabalho, e isso implica em precisar das pessoas.

Então, em certas situações, o capital retrocederá, como aconteceu nas origens da industrialização de que falei anteriormente. Porque, quando o capital extermina as comunidades florestais (*“forest people”*), ele o faz para construir uma fábrica nas terras dessas comunidades; portanto, precisa de pessoas para trabalhar naquela fábrica. Assim, convém contratar uma parte dessa “população desnecessária” para trabalhar naquela fábrica. Esse processo faz parte do que está acontecendo. E tudo isso acontece sobre uma base de racialização intensa que ajuda a manter os salários baixos e fazer esses empregos parecerem um presente do capital para aquela comunidade, algo que ela deveria agradecer porque “são negros, o que mais querem?”. Essa base ideológica justifica todo o processo que está sendo realizado. O que quero enfatizar é que não podemos considerar que exista uma orientação absoluta para o extermínio das populações racializadas porque, para ser honesta, as tarefas mais importantes para o capitalismo são realizadas por pessoas não-brancas<sup>20</sup>. Portanto, o capitalismo

---

20 Em inglês, o termo “people of color”, cuja tradução literal seria “pessoas de cor”, refere-se às pessoas que não são consideradas brancas. Portanto, consideramos mais pertinente traduzir como pessoas não-brancas, apesar de, no original em espanhol, aparecer “gente de color”. [Nota da tradução]

não pode destruir esse capital. O capitalismo não pode se dar ao luxo de liquidar todo o capital que pessoas não-brancas constituem. Mas a racialização ajuda a manter a população sob controle e também ajuda a aniquilá-la quando é necessário. Assim, se uma comunidade está lutando para preservar seu território, está perfeitamente justificado trazer soldados e atirar nela. Se uma comunidade está lutando pela preservação de uma floresta, está perfeitamente justificado trazer os militares e limpar os militantes do território. Essa é a primeira observação que quero expressar para olhar o processo de uma forma dinâmica em vez de vê-lo de uma forma estática.

A segunda se refere ao David Harvey, de quem sou uma grande admiradora. Acho que boa parte do trabalho que ele fez se encaixa perfeitamente na Teoria da Reprodução Social. Fizemos apresentações juntos. O ponto em que discordo de Harvey é a teoria da acumulação por espoliação<sup>21</sup>. Não que eu discorde dela como uma descrição de um fenômeno histórico, porque, evidentemente, existe uma acumulação por espoliação que está ocorrendo nesse momento. Logo, em termos históricos, é uma formulação perfeita, e ele foi o primeiro a descobri-la. Trata-se de um desenvolvimento fantástico de seu trabalho. O ponto em que discordo é que, de acordo com David, a acumulação por espoliação está se tornando o motor da acumulação capitalista. Eu não concordo com isso. Ainda penso que a extração de mais-valor é o principal motor da acumulação capitalista. Esse é o ponto em que não concordamos: no significado da teoria, e não na teoria como uma descrição de certas formas de acumulação capitalista.

## Debates no interior do feminismo: as materialistas francesas, a interseccionalidade, a aposta pelos “comuns” e a perspectiva autonomista

**Cinzia Arruzza:** Foram feitas algumas perguntas que envolvem outras teorias feministas com as quais a TRS tem alguns pontos em comum e também diferenças. Eu gostaria de me referir brevemente a isso. Em relação às feministas materialistas francesas, como Danièle Kergoat<sup>22</sup>, há uma série de pontos comuns com a TRS relativos a análise das relações entre opressão de gênero, exploração, capitalismo, raça etc. Mas, pelo menos do meu ponto de vista, a diferença está na matriz da teoria, que se baseia no que as feministas anglo-saxãs chamam de “teorias dos sistema duplos”, ou seja, na ideia de que temos, por um

21 Ver Harvey (2014), o capítulo IV: “A acumulação via espoliação”.

22 Na década de 1980, Danièle Kergoat reviu a relação entre exploração de classe e opressão de gênero, redefinindo a noção de divisão sexual do trabalho ao colocar o conceito de “relações sociais de sexo” no centro. Ver Hirata e Kergoat (1997) e Kergoat (2003).

lado, relações sexuais de exploração e, por outro, relações capitalistas de exploração. E, nas versões mais recentes das materialistas francesas, um terceiro tipo de relações são as relações raciais de exploração. Esses três tipos de relações são co-constitutivas, trabalham juntas, combinam-se, mas, antes de tudo, são três formas de exploração com lógica autônoma.

A TRS se coloca desde o ponto de vista de uma teoria unitária. Embora reconheça que o patriarcado foi um sistema de produção e reprodução nas sociedades agrárias, considera que esse não é mais o caso nas sociedades capitalistas. Em outras palavras, as relações patriarcais estão presentes na sociedade capitalista, mas não formam um sistema com lógica autônoma. O que a TRS tenta explicar é precisamente quais são os elementos próprios da acumulação capitalista que geram as condições para a opressão de gênero e, mais ainda, para uma forma específica de opressão de gênero (sem recorrer a ideias sobre o desejo dos homens de dominar as mulheres ou ideias do tipo biologicistas). Existem, é evidente, certas semelhanças na maneira como as mulheres eram oprimidas nas sociedades agrárias. Entretanto, a maneira como as mulheres são oprimidas no capitalismo, certamente, não é a mesma que nas sociedades agrárias.

O fenômeno da opressão às mulheres transcende o capitalismo, mas foi completamente transformado pelo capitalismo, e dizer “transformado” não é o mesmo que dizer “integrado”. Ele foi transformado precisamente pela necessidade de subordinar a reprodução social à produção de valor, à produção de lucro. Eu diria que essa é a maior diferença teórica com o feminismo materialista francês. Em última instância, em nível teórico, a diferença está relacionada ao poder explicativo que damos à produção de valor e à acumulação de capital para explicar certas dinâmicas históricas. Em certo sentido, somos marxistas heterodoxas, mas, em outro sentido, somos marxistas muito ortodoxas, na medida em que realmente acreditamos que a acumulação de capital é o «coração pulsante» do capitalismo e é o lugar onde se deve olhar para ampliar a visão. A acumulação tem, para nós, um grande poder explicativo de todos os fenômenos sociais.

Nosso olhar sobre o capitalismo como um todo, e a maneira como funciona, também tem a ver com as diferenças entre a TRS e a interseccionalidade. Eu diria que há muitos pontos em comum e que a principal diferença é que, na perspectiva da interseccionalidade (que é muito plural em seu interior), falta uma teoria do capitalismo enquanto tal, de como funciona, de qual é a lógica do capitalismo e, então, de qual é a explicação para a intersecção das várias formas de opressão.

Sobre as relações dos “comuns”<sup>23</sup> e seu potencial, acho importante destacar o seguinte: quando falamos em TRS, não deveríamos confundir as tendências e os condicionantes com os modelos e os mecanismos específicos. Deixe-me explicar: como já dissemos, nem todos os aspectos da vida estão inteira e diretamente regulados pelo capitalismo. Muitas coisas acontecem na esfera das relações pessoais que estão constringidas por certos horizontes de possibilidade, mas que também estão definidas por nossa interação livre. Não me refiro apenas ao que acontece na família, mas também nas comunidades de amizade que são repositórios de afetos, de relações não mercantilizadas e espaços de criação de laços de solidariedade. Sem dúvida, há um elemento de “comunidade” aí.

Em todo caso, o problema é que todas essas relações ocorrem sob condicionantes específicos determinados pelo capitalismo, o que torna impossível desenvolver o potencial dessas “comunalidades” até o fim, ou seja, torna impossível que o potencial dessas relações livres e não mercantilizadas, de cuidado e de afeto, desdobre-se. Em segundo lugar, é importante notar que esses elementos de “comunalidade” podem desempenhar um papel fundamental na dinâmica das lutas em termos de sua sustentação, como durante a greve das professoras<sup>24</sup>, ou como no caso das Panteras Negras, que organizavam cafés da manhã gratuitos, ou os migrantes organizando fóruns de solidariedade para a reprodução social vinda de baixo para cima na fronteira. Iniciativas desse tipo sustentam a luta e a tornam possível. No entanto, todas essas formas de solidariedade no âmbito da reprodução social, por si mesmas, são incapazes de desafiar as relações sociais gerais nas quais lutamos pela sobrevivência. Organizar-se coletivamente com amigos e companheiros, formas coletivas e autogeridas de cuidados de crianças ou de idosos, pode melhorar nossas vidas, pode torná-las menos sofridas, mas não desafiarão de forma alguma o capitalismo e as relações sociais capitalistas. Elas apenas garantem a reprodução social de que o capitalismo necessita, mas de uma forma alternativa ao modo familiar padrão. Do ponto de vista do capitalismo, o trabalho de reprodução social está feito. Então, eu diria que devemos entender é que a mutualidade, as formas autônomas de autogerir a reprodução social, devem estar sempre conectadas às lutas e aos conflitos que atacam diretamente os interesses e lucros capitalistas. Caso contrário, podemos tornar nossa vida menos sofrida, mas não vamos mudar a situação geral.

---

23 A ideia de “Comuns” ou “Comum” ou “comunitário” se espalhou por alguns setores feministas e se refere à construção de relações sociais alternativas ao capitalismo para a produção da vida. Para obter uma definição, consulte Caffentzis e Federici (2020).

24 Refere-se às greves de professores desenvolvidas em diversos estados dos Estados Unidos durante 2018.

Por fim, a TRS apresenta, de fato, algumas diferenças no que diz respeito à teoria autonomista ou pós-autonomista. Um exemplo é a apreciação de espaços autônomos, comunitários ou autogeridos de reprodução social, e a aposta com o seu crescimento, em detrimento das demandas ao Estado. Do meu ponto de vista, o caminho que devemos apostar, é evidente, não é o da hostilidade com as formas autônomas, as experiências autogeridas ou comunitárias de reprodução social. Mas, em termos gerais, a perspectiva deveria ser a socialização de todo o trabalho de reprodução social, que a sociedade como um todo se encarregue da reprodução social e que isso não seja mais um problema privado, relegado à família ou à forma como ela encontra para resolvê-lo por meio do mercado. Como fazer isso? No capitalismo, o Estado se torna parte da luta; o quanto é possível obter do Estado faz parte da luta; o quanto é possível arrancar dele em termos de saúde pública, escolas públicas e assistência pública é uma parte crucial da luta. No “Manifesto Feminismo para os 99%”<sup>25</sup>, apontamos uma série de reivindicações ao Estado. Claro que esse não é o objetivo final da luta, não é o horizonte final. Mas é parte da luta atual, da luta contínua, entre a privatização da reprodução e a luta para forçar o capital a pagar pela reprodução. Não é o horizonte final, porque o horizonte final é acabar com o Estado e construir uma socialização geral da reprodução social, e é a isso que temos de chegar de alguma forma. Mas, nesse momento, há uma luta para interromper a privatização da reprodução social e forçar uma maior distribuição que fortaleça as mulheres e crie as condições objetivas e subjetivas para ir mais longe.

**Tithi Bhattacharya.** Para encerrar, gostaria de me referir à pergunta sobre por que, após a Revolução Russa de 1917, as mulheres continuavam sendo responsáveis pelo trabalho de reprodução social. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta como foi o período de experimentação no campo da reprodução social durante os primeiros anos. Onze países capitalistas imediatamente atacaram o Estado operário, cercaram-no e iniciaram uma guerra civil. O livro da Wendy Goldman<sup>26</sup> é fantástico. É possível ver como, nas escolas públicas, as professoras estão lutando. Não há recursos, não há papel e, ainda assim, é um momento de grande experiência de aprendizagem por meio da leitura e da brincadeira. Pode-se ver como tentam montar essas cozinhas comunitárias, mas não há comida, porque os exércitos capitalistas bloquearam a União Soviética. Então, inicialmente, é necessário levar em consideração todos esses fatores. No entanto, a pergunta permanece válida: por

25 Ver Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019).

26 Ver Goldman (2014).

que são as mulheres que realizam principalmente essas tarefas? Em primeiro lugar, porque é um período de transição e os hábitos mais antigos persistem. Mas é importante lembrar como Lenin e Kollontai travaram fortes batalhas contra isso. Lênin faz uma crítica estonteante a seus companheiros do Partido Bolchevique quando lhes diz: o que vocês estão fazendo, deixando sua parceira cuidar desse tipo de tarefas enquanto você cuida das tarefas políticas? Lenin e Kollontai são muito explícitos quanto a isso: formaram uma comissão com o objetivo de incorporar mais mulheres à vida política. O que é importante para nós entendermos é que, para além das restrições do momento, houve um esforço dos antigos bolcheviques para mudar essa situação, e esse período muito curto se transformou em um período de intensa experimentação. Nada disso chegou a prosperar e a contrarrevolução de Stalin destruiu tudo, mas devemos nos lembrar desse período.

Gostaria de terminar falando sobre dois fatos que normalmente não são mencionados. O primeiro é que a Revolução Russa foi iniciada por mulheres marchando por pão. Isso deu início à revolução e é o primeiro fato que devemos lembrar. O segundo é o tipo de segurança que a Revolução Russa deu às mulheres durante esse período de experimentação. Por exemplo, sempre que ocorria um caso de assédio sexual por parte dos chefes ou de companheiros trabalhadores, as trabalhadoras colocavam esses homens em carroça, levavam-nos para o rio e os jogavam lá. Menciono isso porque gostaria de pensar as nossas lutas atuais fundamentadas nesses dois fatos da Revolução Russa: exigimos pão para nossas mesas e carroças para nossos inimigos.

## Referências

- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*. Campinas, SP, n. 10, 2018, pp. 39–60. DOI: 10.20396/cemarx.voi10.10920.
- ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. Trad. Nina Jacomini. São Paulo, Usina Editorial, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- BENSTON, Margaret. The Political Economy of Women Liberation. *Monthly Review*, v. 21, n. 4, 1969, pp. 13-27.
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres, Pluto Press, 2017.
- BRENNER, Johanna e LASLETT, Barbara. Gender, Social Reproduction, and Women's Self Organization: Considering the US Welfare State. *Gender & Society*. [On-line], v. 5, n. 3, 1991, pp. 311–333.



- CAFFENTZIS, George e FEDERICI, Silvia. *Comuns contra e além do capital*. Piauí, Editora Terra Sem Amo, 2020.
- DRUCKER, Peter. *Warped: Gay Normality and Queer Anti-Capitalism*. [On-line], Brill, 2015.
- ENGELS, Friedrich. 1820-1895. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo, Boitempo, 2010.
- FERGUSON, Susan. *Women and Work. Feminism, Labour and Social Reproduction*. Londres, Pluto Press, 2020.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e a Revolução*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. *La división sexual del trabajo: permanencia y cambio*. Argentina, Trabajo y Sociedad, 1997.
- KERGOAT, Danièle. De la relación social de sexo al sujeto sexuado. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 65, n. 4, 2003.
- REDIKER, Marcus. *The Slave Ship: a Human History*. New York City, Viking Penguin, 2007.
- ROBERTS, Dorothy. *Killing the Black Body: Race, Reproduction and the Meaning of Liberty*. New York City, Vintage by Random House, 1997.
- SEARS, Alan. Body Politics: the Social Reproduction of Sexualities. In: Bhattacharya, T. (ed.), *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres, Pluto Press, 2017.
- VARELA, Paula. Sobre la relación entre género y clase. Entrevista con Tithi Bhattacharya. *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 44, 2018.
- VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária*. São Paulo, Expressão Popular, 2022.
- WIESNER-HANKS, Merry. *Cristianismo y sexualidad en la Edad Moderna. La regulación del deseo, la reforma de la práctica*. Resende, Siglo XXI, 2001.

Recebido em: 10/07/2023

Aprovado em: 14/12/2023

### Como citar este artigo:

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 619-651.